



**FISCALIZAÇÃO TRABALHISTA:
PONTOS QUE MERECEM
ATENÇÃO**

Palestrante:

Prof. LUÍS FREITAS

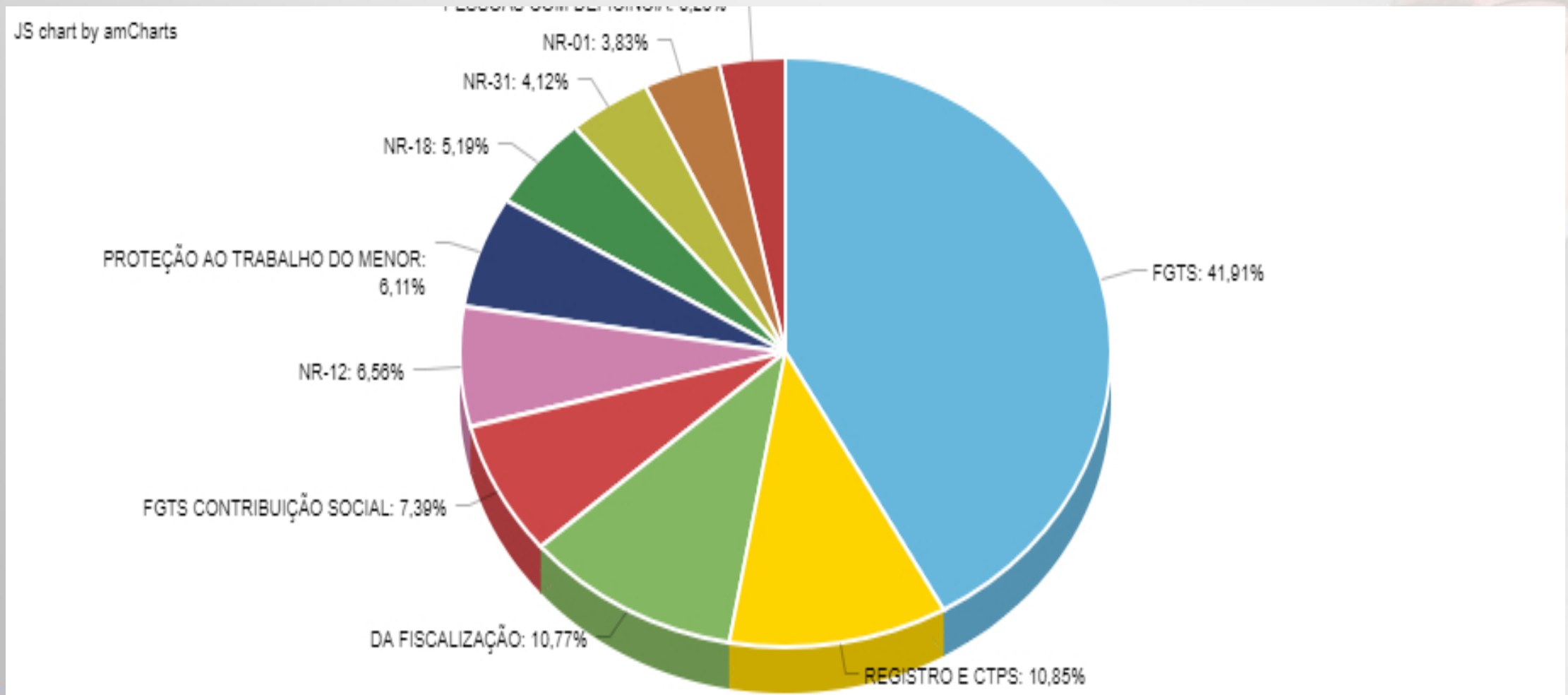
Auditor Fiscal do Trabalho

Professor Universitário



@professorluisfreitas

Autuações Trabalhistas 2022 – Brasil



Procedimento de fiscalização

3º lugar em
autuação



Procedimentos de fiscalização

As principais violações quanto aos Procedimentos de Fiscalização:

- Manter documentos sujeitos à inspeção do trabalho fora dos locais de trabalho.
- Dificultar o livre acesso do AFT a todas as dependências dos estabelecimentos sujeitos ao regime da legislação trabalhista.
- Deixar de apresentar documentos sujeitos à inspeção do trabalho no dia e hora previamente fixados pelo AFT.



Multas por não atender a fiscalização

Portarias 667/2021 e 4.098/2022

- Mínima: R\$ 204,13
- Máxima de R\$ 2.041,25



Registro de Empregados

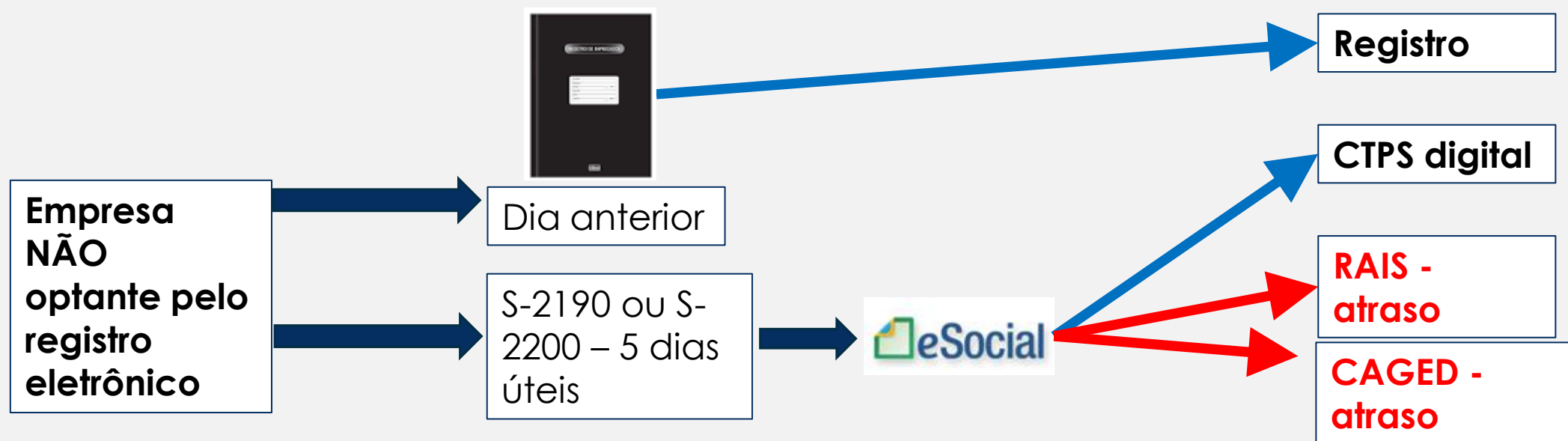
2º Lugar em
autuação



FÓRUM
TRABALHISTA

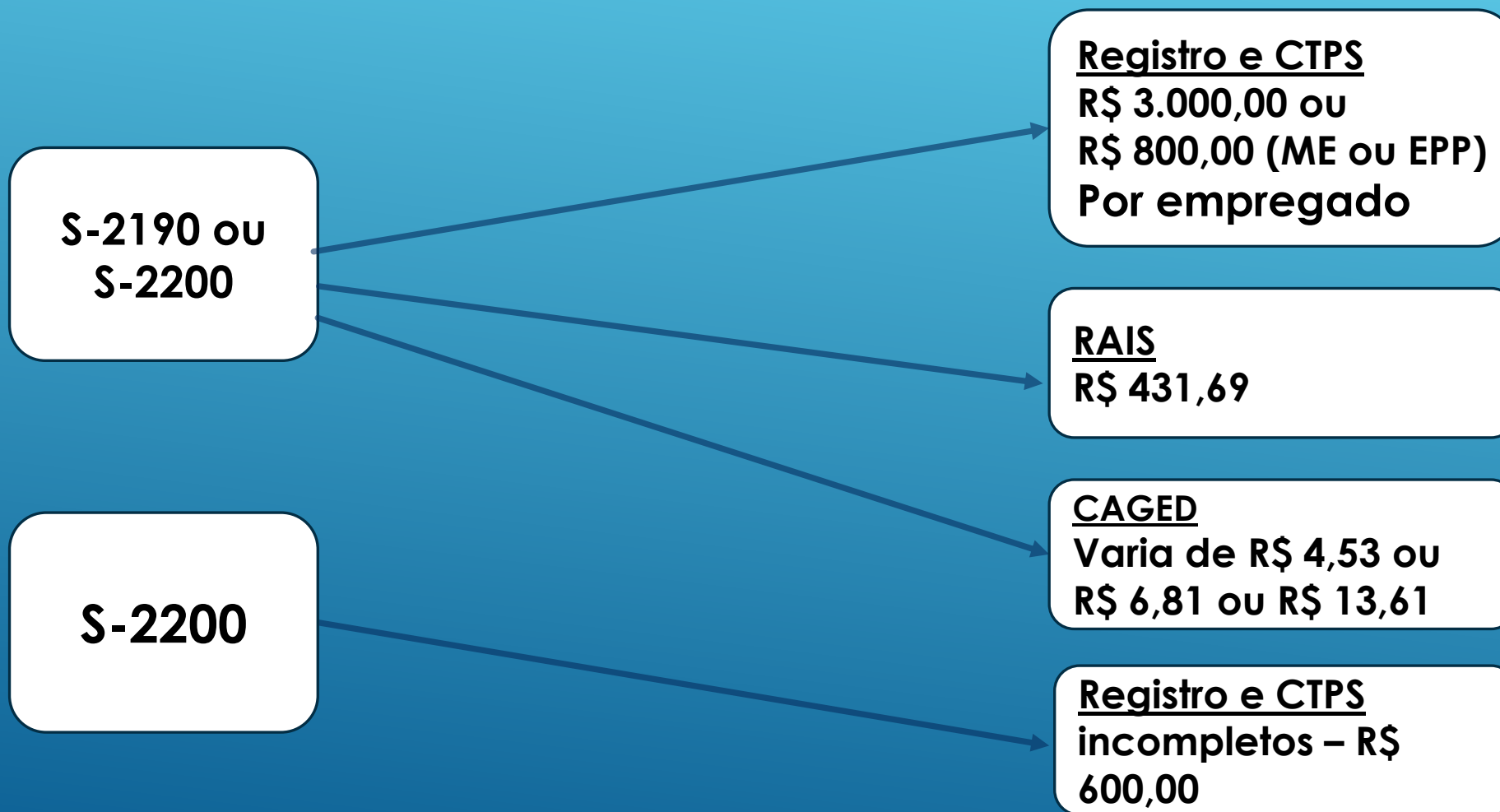
16 MAR | 13H ÀS 17H

. Prazos de registro e CTPS digital



eSocial – Infrações e multas trabalhistas

Não envio ou envio fora do prazo



eSocial – Infrações e multas trabalhistas

Não envio ou envio fora do prazo

S- 2205

Dados cadastrais

S- 2206

Dados contratuais

S- 2210

CAT

S- 2220

ASO

S- 2240

Condições ambientais

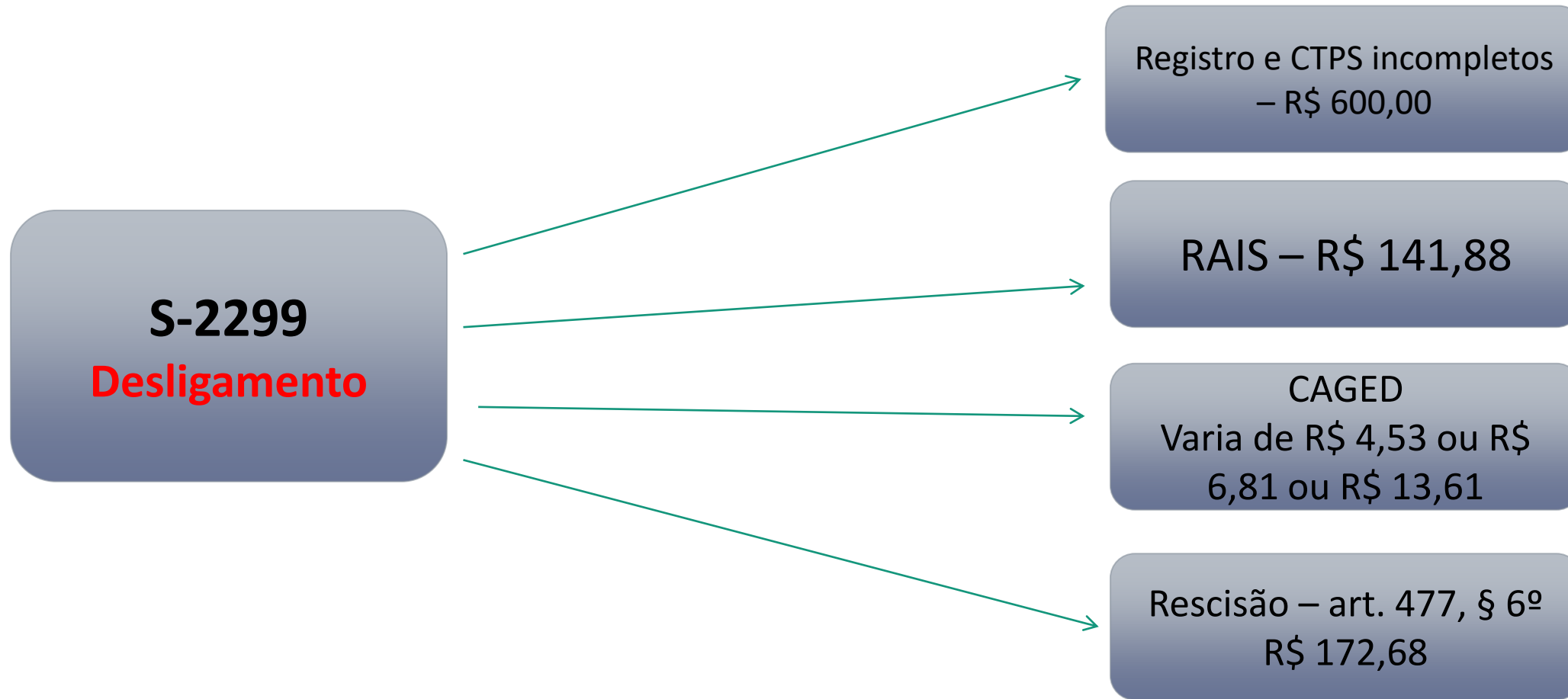
**Multa de R\$ 600,00
por empregado**

**Registro e CTPS
incompletos**

Arts. 29-B e 47-A, CLT

eSocial – Infrações e multas trabalhistas

Não envio ou envio fora do prazo



Registro de empregados

Multa por descumprir a Notificação para comprovação do registro do empregado (art. 25 da Lei 7.998/90)

- Mínima: R\$ 12.518,27 – não é por empregado
- Máxima: R\$ 43.168,67 – não é por empregado

Portaria nº
4.370/2022:

Procedimento
administrativo de
anotação da CTPS
Digital



Portaria nº 4.370/2022

Auto de Infração
(falta de CTPS ou
falta de registro)

1

2

3

Informações relativas ao
vínculo serão lançadas de
ofício no eSocial pela SIT

Julgamento em última
instância administrativa
(irrecorrível)

FGTS

1º Lugar em autuação



Principais violações quanto ao FGTS:

- Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS (**comete infração quem não recolhe e também quem recolhe com atraso**)
- Deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela integrante da remuneração
- Deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização

Principais violações quanto ao FGTS:

- Deixar de depositar, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, por iniciativa do empregador, importância igual a 40% do montante de todos os depósitos realizados no prazo legal (10 dias após a demissão).
- Deixar de recolher, ou recolher após o vencimento sem os acréscimos legais, a contribuição social incidente sobre o montante de todos os depósitos devidos ao FGTS, corrigido e remunerado na forma da lei, relativos ao contrato de trabalho de empregado despedido sem justa causa, à alíquota de 10%.
 - **Essa infração só ocorre para demissões até 31.12.2019.**



Descumprir a legislação de FGTS

Portarias 667/2021 e 4.098/2022

- Mínima: R\$ 72,36 por empregado
- Máxima: R\$ 107,92 por empregado
- Dobrado na reincidência, fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato.



Descumprir a legislação de FGTS

- Na hipótese de atraso ocorrido no período de 12.11.19 a 19.04.20, vigência da **MP 905/2019**:
 - A multa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do crédito lançado.

OBS.: Multa pela metade se quitar o débito ou com parcelamento deferido no curso de qualquer procedimento administrativo ou de fiscalização



Descumprir a legislação de FGTS

- Além da multa Administrativa aplicada, o auditor emite também uma Notificação de Débito (NDFC) contendo o valor devido a cada empregado.
- Em caso de não pagamento, é encaminhada à PFN

Descumprir a legislação de
FGTS

Lei 14.438/2022

Vigência dessa novidade

para fatos geradores ocorridos a partir do FGTS digital



Infração	Multa
Deixar de depositar o FGTS e/ou 40%	Trinta por cento sobre o débito atualizado
Deixar de computar parcela componente da remuneração	
Deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais do FGTS constituído em notificação de débito	

Descumprir a legislação de
FGTS

Lei 14.438/2022

Vigência dessa novidade

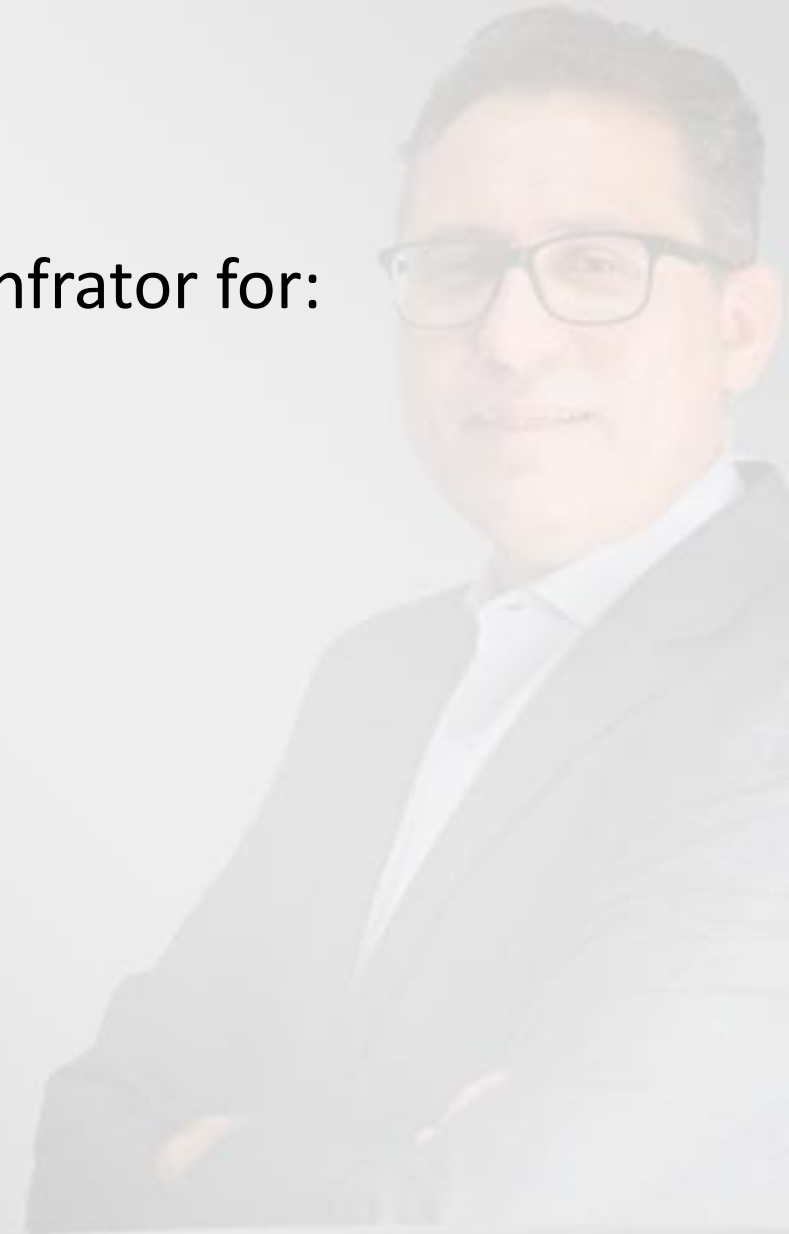
para fatos geradores ocorridos a partir do FGTS **digital**



Infração	Multa
Deixar de apresentar, ou apresentar com erros ou omissões, as informações de que tratam o art. 17-A e as demais informações legalmente exigíveis	R\$ 100,00 a R\$ 300,00
Deixar de apresentar ou de promover a retificação das informações de que trata o art. 17-A, no prazo concedido na notificação da decisão definitiva	por trabalhador prejudicado

FGTS

- O valor final será reduzido pela metade quando o infrator for:
 - empregador doméstico
 - microempresa ou
 - empresa de pequeno porte.



Suspensão da punição para FGTS em atraso

Infração	Motivo da suspensão
Deixar de depositar o FGTS e/ou 40%	<u>Formalização de parcelamento</u> da integralidade do débito realizada anteriormente ao início de qualquer processo administrativo ou medida de fiscalização
Deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais do FGTS constituído em notificação de débito	<u>Formalização de parcelamento</u> da integralidade do débito realizada no prazo concedido pelo ato de notificação da decisão definitiva (que é de 10 dias)



Vigência dessa novidade: para fatos geradores ocorridos a partir do FGTS digital



OBRIGADO!

 @professorluisfreitas



LUIS FREITAS

PROFESSOR
ESPECIALISTA LEG. TRABALHISTA



CRCCE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO CEARÁ